



CENTRO DE COLABORAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DE
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

ESTÁGIO E INCLUSÃO PARA JOVENS
PROGRAMA JOVEM CIDADÃO

NOVEMBRO 2025





SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	4
2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO	5
2.1. Contexto	5
2.1.1. Principais desafios enfrentados pelos jovens em Araraquara	5
2.1.2. Articulação entre a Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Desenvolvimento Social e a Escola de Governo	5
2.1.3. Mapeamento demográfico dos jovens inscritos no Programa Jovem Cidadão	6
2.1.4. Critérios adotados para definição das vagas de estágio no Programa Jovem Cidadão	24
2.1.5. Estratégias de disseminação das informações do Programa Jovem Cidadão	24
2.2. Público-alvo	25
2.2.1. Quantitativo de jovens participantes e distribuição por escolaridade	25
2.2.2. Plano de participação para jovens em situação de vulnerabilidade social	25
2.2.3. Mapeamento social dos jovens do território	26
2.2.4. Perfil do jovem estagiário	26
2.2.5. Critério social pelo encaminhamento do CRAS	27
2.2.6. Escola do Governo como política de fortalecimento do Jovem Cidadão	28
2.2.7. Desafios enfrentados pelos jovens	28
2.3. Objetivos do programa/projeto	29
2.3.1. Objetivos de curto, médio e longo prazo do Programa Jovem Cidadão	29

2.3.2. Diagnóstico do desenvolvimento e a execução do Programa Jovem Cidadão	30
2.4. Quadro normativo	31
2.5. Recursos	31
2.6. Atividades	31
2.6.1. Acompanhamento dos Jovens Após o Encaminhamento	32
2.6.2. Acompanhamento Pós-Estágio e Inserção no Mercado de Trabalho	32
2.7. Produtos	33
2.8. Resultados	33
2.9. Impactos	34
2.10. Pressupostos	35
3. DIAGRAMA: OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO	37
4. MAPA DE PROCESSOS E RESULTADOS	38
5. LINHA DO TEMPO	39
REFERÊNCIAS	40



PROGRAMA JOVEM CIDADÃO

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do Programa:
Jovem Cidadão

Data de Implementação do Programa/Projeto:
06/04/2017

Localização:
Araraquara, São Paulo.

População do Município:
230.770 habitantes (Censo 2022).

Instituição:
Prefeitura Municipal de Araraquara.

Dirigente Responsável pela Validação:
Danilo de Souza Jardim (Subsecretário de Direitos Humanos).

Membros:
Ana Carolina Bletenci de Araujo.
Letícia Fagundes Gama.

2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO

O Programa Jovem Cidadão é uma política estratégica que atua na transição da juventude para o mercado de trabalho. Trata-se de um programa de estágio supervisionado e remunerado, oferecido dentro da própria estrutura da administração pública municipal (direta e indireta) e em órgãos conveniados no município de Araraquara. O objetivo central é proporcionar aos estudantes uma oportunidade de aprimoramento prático dos conhecimentos teóricos adquiridos em sua formação, funcionando como uma importante porta de entrada para o mundo do trabalho, especialmente para jovens que, de outra forma, teriam dificuldade em conseguir sua primeira experiência profissional.

2.1. Contexto

2.1.1. Principais desafios enfrentados pelos jovens em Araraquara

De acordo com o levantamento realizado por Danilo de Souza Jardim, subsecretário de Recursos Humanos e Maicon Christian da Silva Petrônio, responsável pelo acompanhamento dos estagiários do Programa Jovem Cidadão, os principais desafios enfrentados pelos jovens em Araraquara dizem respeito à dificuldade de conciliar estudo e trabalho. Muitos estudantes interromperam sua trajetória escolar para ingressar no mercado de trabalho, devido a necessidades financeiras, o que compromete sua formação e limita suas oportunidades futuras. Nesse contexto, o programa, implantado em 2018, foi estruturado com o objetivo de oferecer uma alternativa que permitisse ao jovem continuar estudando ao mesmo tempo em que adquire experiência profissional, contribuindo para sua autonomia e para a integração entre prática profissional e formação educacional.

2.1.2. Articulação entre a Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Desenvolvimento Social e a Escola de Governo

A execução do Programa Jovem Cidadão envolve uma articulação intersetorial entre diferentes órgãos municipais, cada um desempenhando funções complementares para garantir o bom funcionamento do projeto.

A Secretaria de Direitos Humanos (RH), é responsável pelos procedimentos operacionais e administrativos, atuando diretamente na contratação dos jovens, na concessão do vale-transporte e no acompanhamento da relação entre a aprendizagem teórica e prática no ambiente de trabalho.

Enquanto a Secretaria de Desenvolvimento Social, realiza a análise socioeconômica dos candidatos, identificando situações de vulnerabilidade e verificando critérios sociais necessários para ingresso no programa. Essa etapa assegura que o público prioritário seja atendido e que os critérios de classificação relacionados sejam devidamente justificados.



E por fim a Escola de Governo, após a contratação, é responsável pela capacitação dos jovens, oferecendo formações voltadas ao atendimento ao público, rotinas administrativas e demais competências essenciais para o desempenho das atividades no setor público.

2.1.3. Mapeamento demográfico dos jovens inscritos no Programa Jovem Cidadão

A presente análise tem como base o levantamento realizado por Maicon Christian da Silva Petronio, servidor da Subsecretaria de Direitos Humanos e responsável pelo acompanhamento dos estagiários vinculados ao Programa Jovem Cidadão. O conjunto de dados examinado contempla 808 participantes desde a implementação do programa, número que representa um universo expressivo e adequado para a elaboração de diagnósticos sobre o perfil dos jovens participantes.

Em relação ao curso de nível educacional, representado na Tabela 1 constitui o ponto de partida desta análise, permitindo identificar tendências, padrões de participação e possíveis lacunas entre oferta, demanda e áreas de formação dos inscritos. Os dados evidenciam uma forte concentração de jovens em algumas áreas específicas, com predominância significativa de estudantes do Ensino Médio, que somam 204 participantes (25,25%). Esse indicador reforça o papel estratégico do programa na inclusão de jovens em formação básica no mercado de trabalho e em atividades de caráter social.

Entre os cursos de nível superior e/ou técnico, destacam-se Psicologia (101 participantes – 12,50%), Ciências Sociais (95 – 11,76%), Administração Pública (78 – 9,65%) e Direito (75 – 9,28%). Juntas, essas cinco categorias correspondem a 68,44% de todos os participantes, revelando que o programa se articula majoritariamente com áreas de Humanas e Gestão, tradicionalmente relacionadas a serviços públicos, atendimento à população e políticas sociais.

Por outro lado, verifica-se uma participação notavelmente reduzida de estudantes das áreas de Ciências Exatas, Tecnologia e Comunicação, que juntas representam menos de 2% do total. Cursos como Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Jornalismo e Publicidade apresentam números residuais, indicando possíveis desafios na oferta de vagas, na procura por essas áreas ou na disponibilidade de campos de atuação no município de Araraquara.

Esses primeiros resultados permitem apontar direções importantes: o programa demonstra maior alcance entre jovens do Ensino Médio e de áreas de Humanas, ao passo que revela oportunidades de expansão para setores técnicos, tecnológicos e comunicacionais.

Tabela 1 - Curso de Nível Educacional

Curso		
	Nº	%
Administração	9	1,11%
Administração Pública	78	9,65%
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	3	0,37%
Arquitetura e Urbanismo	43	5,32%
Ciência da Computação	1	0,12%
Ciências Biológicas	1	0,12%
Ciências Econômicas	17	2,10%
Ciências Sociais	95	11,76%
Direito	75	9,28%
Educação Física	12	1,49%
Engenharia Civil	17	2,10%
Engenharia Elétrica	3	0,37%
Ensino Médio	204	25,25%
Farmácia	21	2,60%
Fisioterapia	6	0,74%
Jornalismo	1	0,12%
Medicina Veterinária	10	1,24%
Nutrição	2	0,25%
Odontologia	4	0,50%
Pedagogia	31	3,84%
Psicologia	101	12,50%
Publicidade	3	0,37%
Serviço Social	13	1,61%
Sistemas de Informação	1	0,12%
Técnico em Administração	29	3,59%
Técnico em Contabilidade	2	0,25%
Técnico em Farmácia	1	0,12%
Técnico em Informática	16	1,98%
Técnico em Nutrição e Dietética	1	0,12%
Técnico em Secretariado	6	0,74%
Tecnologia em Gestão Empresarial	2	0,25%
Total	808	100,00%

Fonte: Petronio, 2025.

Quanto a distribuição residual evidenciado na Tabela 2, permite compreender o alcance territorial do programa e identificar padrões de concentração e dispersão dos jovens atendidos. A diversidade dos dados é expressiva: mais de 170 bairros e localidades foram registrados, evidenciando que o programa possui uma ampla capilaridade geográfica.

Contudo, com polos claros de maior adesão, pois, a maior parte dos bairros listados, contam com apenas 1 ou 2 participantes.

O Centro aparece como o principal bairro de origem, reunindo 108 jovens (13,37%), seguido por áreas periféricas de grande concentração habitacional, como o Jardim Roberto Selmi Dei (61 participantes), o Jardim São Raphael II (31), a Vila Yamada (30) e o Jardim Adalberto Frederico de Oliveira Roxo (22). Juntos, esses cinco bairros somam mais de 31% de todos os inscritos.

Além dessas regiões de maior destaque, alguns bairros apresentam participação intermediária, caso de Campus Ville, Carmo, Jardim Califórnia, Parque Residencial Laura Molina e Altos de Pinheiros, que reforçam a abrangência do programa em diferentes zonas da cidade. Por outro lado, cerca de 120 localidades registram três ou menos participantes, o que pode refletir baixa densidade populacional, pouca divulgação ou limitações de acesso dos jovens a oportunidades oferecidas pelo programa.

De modo geral, os dados mostram que o Programa Jovem Cidadão alcança diversas áreas do município, integrando tanto regiões centrais quanto bairros periféricos. A forte presença de participantes em localidades como o Centro e o Jardim Roberto Selmi Dei sugere que o programa atende perfis socioeconômicos distintos e chega a áreas que concentram maior demanda social. Essa distribuição geográfica constitui um instrumento importante para orientar estratégias de divulgação, ampliar o alcance em regiões pouco representadas e fortalecer o papel do programa como política pública de inclusão juvenil.

Tabela 2 - Bairros

Bairros	Nº	%
Alexandre Pavon	1	0,12%
Altos de Pinheiros	14	1,73%
Altos do Cecap	2	0,25%

Altos do Jaraguá	1	0,12%
Assentamento Bela Vista do Chibarro	1	0,12%
Campus Ville	20	2,48%
Carmo	19	2,35%
CECAP	6	0,74%
CECAP II	3	0,37%
Centro	108	13,37%
Cociza	1	0,12%
Condomínio Quinta das Tipuanas	1	0,12%
Dimas C Ometto	1	0,12%
Dr Trancredo de Almeida Neves	4	0,50%
Jardim Aclimação	1	0,12%
Jardim Acapulco	2	0,25%
Jardim Adalberto Frederico de Oliveira Roxo	22	2,72%
Jardim Adalgisa	2	0,25%
Jardim Aguas do Paoil	1	0,12%
Jardim América	4	0,50%
Jardim Ana Adelaide	1	0,12%
Jardim Araraquara	1	0,12%
Jardim Arco Iris	4	0,50%
Jardim Artico	1	0,12%

Jardim Bela Vista	4	0,50%
Jardim Biagioni	5	0,62%
Jardim Botânico	3	0,37%
Jardim Boa vista	2	0,25%
Jardim Brasil	10	1,24%
Jardim Brasília	1	0,12%
Jardim California	19	2,35%
Jardim Cristo Rei	1	0,12%
Jardim Cruzeiro do Sul	8	0,99%
Jardim das Estações (Vila Xavier)	3	0,37%
Jardim das Flores	6	0,74%
Jardim das Hortencias	1	0,12%
Jardim das Laranjeiras	1	0,12%
Jardim das Paineiras	3	0,37%
Jardim das Roseiras	2	0,25%
Jardim Del Rey	5	0,62%
Jardim do Bosque	3	0,37%
Jardim Dom Pedro I	2	0,25%
Jardim dos Insustriarios	1	0,12%
Jardim dos Ipés	2	0,25%
Jardim Manacas	3	0,37%

Jardim dos Oitis	1	0,12%
Jardim Dumont	1	0,12%
Jardim Eliana	4	0,50%
Jardim Esmeralda	1	0,12%
Jardim Espanha	1	0,12%
Jardim Esplanada	2	0,25%
Jardim Florênciа	3	0,37%
Jardim Floridiana	2	0,25%
Jardim Higienópolis	1	0,12%
Jardim Iedda	1	0,12%
Jardim Iguatemi	11	1,36%
Jardim Imperial	3	0,37%
Jardim Imperador	5	0,62%
Jardim Indaia	11	1,36%
Jardim Itália	1	0,12%
Jardim Maggiore	1	0,12%
Jardim Mangiacapra	1	0,12%
Jardim Maracanã	1	0,12%
Jardim Maria Luiza	7	0,87%
Jardim Marivam	1	0,12%
Jardim Martinez	1	0,12%

Jardim Morada do Sol	3	0,37%
Jardim Morumbi	8	0,99%
Jardim Nova Araraquara	2	0,25%
Jardim Nova Esperança	1	0,12%
Jardim Panorama	1	0,12%
Jardim Paraíso	5	0,62%
Jardim Paulistano	1	0,12%
Jardim Padre Anchieta	1	0,12%
Jardim Pinheiros	3	0,37%
Jardim Pinheiros II	1	0,12%
Jardim Primavera	1	0,12%
Jardim Primor	1	0,12%
Jardim Quitandinha	3	0,37%
Jardim Rafael	1	0,12%
Jardim Residencial Lupo	3	0,37%
Jardim Residencial Lupo II	3	0,37%
Jardim Roberto Selmi Dei	61	7,55%
Jardim Roberto Selmi Dei III	2	0,25%
Jardim Saci	0	0,00%
Jardim Santa Clara	3	0,37%
Jardim Santa Júlia III	1	0,12%

Jardim Santa Julia	4	0,50%
Jardim Santa Lucia	5	0,62%
Jardim Santa Marta	10	1,24%
Jardim Santa Rosa	2	0,25%
Jardim Santa Terezinha	0	0,00%
Jardim Santo Antônio	1	0,12%
Jardim São Jorge	1	0,12%
Jardim São Rafael	5	0,62%
Jardim São Raphael	2	0,25%
Jardim São Raphael I	4	0,50%
Jardim São Raphael II	31	3,84%
Jardim Silvania	2	0,25%
Jardim Silvestre	1	0,12%
Jardim Santa Maria	1	0,12%
Jardim Tabapua	1	0,12%
Jardim Tamoio	1	0,12%
Jardim Tangara	1	0,12%
Jardim Tinen	2	0,25%
Jardim Uirapuru	2	0,25%
Jardim Uirapuru II	1	0,12%
Jardim Universal	4	0,50%

Jardim Victório Antônio de Santi II	1	0,12%
Jardim Victório de Santi	8	0,99%
Jardim Vitoria	1	0,12%
Jardim Viaduto	1	0,12%
Jardim Yamada	1	0,12%
Melhado	4	0,50%
Molina	1	0,12%
Nova Cidade	1	0,12%
Park do Imperador	1	0,12%
Parque Atlanta	3	0,37%
Parque das Araras	1	0,12%
Parque das Hortencias	14	1,73%
Parque das Laranjeiras	4	0,50%
Parque Gramado II	9	1,11%
Parque Igaçaba	4	0,50%
Parque Residencial Damha	1	0,12%
Parque Residencial Jardim do Valle	3	0,37%
Parque Residencial Jardim Ipanema	0	0,00%
Parque Residencial Laura Molina	18	2,23%
Parque Residencial Vale do Sol	0	0,00%
Parque Residencial Valle Verde	10	1,24%

Parque São Paulo	21	2,60%
Planalto Paraíso	1	0,12%
Portal dos Príncipes	1	0,12%
Quinta dos Oitis	1	0,12%
Quitandinha	12	1,49%
Rafaela Micelli	1	0,12%
Residencial Alamedas	1	0,12%
Residencial Azulville	1	0,12%
Residencial Cambuy	4	0,50%
Residencial Olívio Benassi	1	0,12%
Residencial Parque Amabile	2	0,25%
Residencial Portal dos Oitis	2	0,25%
Santa Angelina	3	0,37%
Santana	10	1,24%
São Geraldo	3	0,37%
São José	9	1,11%
Solidariedade	1	0,12%
Vale do Sol	10	1,24%
Vila Biagioni	2	0,25%
Vila Cidade Industrial	3	0,37%
Vila dos Servidores	3	0,37%

Vila Esperanca	1	0,12%
Vila Ferroviária	2	0,25%
Vila Girassol	2	0,25%
Vila Guarani	1	0,12%
Vila Harmonia	3	0,37%
Vila Independencia	1	0,12%
Vila Jose Bonifacio	2	0,25%
Vila Nice	1	0,12%
Vila Nossa Senhora do Carmo	5	0,62%
Vila Progresso	1	0,12%
Vila Renata	1	0,12%
Vila Santa Maria (Vila Xavier)	1	0,12%
Vila Sedenho	1	0,12%
Vila Suconasa	2	0,25%
Vila Tito de Carvalho	2	0,25%
Vila Velosa	1	0,12%
Vila Xavier	5	0,62%
Vila Yamada	30	3,71%
Yolanda Ópice	2	0,25%
Jardim Esperança	14	1,73%
Total	808	100,00%

Fonte: Petronio, 2025.

A distribuição de cidade representada pela Tabela 3, do total de 808 inscritos, 781 são residentes do município, o que corresponde a 96,66% do total sendo que na prática, o programa se configura como uma iniciativa essencialmente municipal. As demais dez cidades somam apenas 27 participantes, representando 3,34% do total, com Américo Brasiliense sendo a segunda mais representativa, ainda assim com apenas 10 inscritos (1,24%). As demais localidades apresentam números muito reduzidos, variando entre 1 e 5 participantes, o que indica um alcance regional extremamente limitado.

Cidades como Matão (5 participantes), Boa Esperança do Sul, Gavião Peixoto, Rincão e São Carlos (2 cada), além de Itápolis, Jaboticabal, Nova Europa e Santa Lúcia (1 cada), demonstram que a participação externa ao município é quase residual. Essa distribuição reforça que o programa depende quase integralmente da demanda interna de Araraquara, com apenas presenças simbólicas de jovens de outras cidades da região. Assim, caso haja interesse em ampliar o impacto regional do programa, será necessário estabelecer estratégias de divulgação, parcerias intermunicipais ou expansão da oferta de vagas, uma vez que os dados atuais indicam um caráter predominantemente local.

Tabela 3 - Cidade

Cidade		
	Nº	%
Américo Brasiliense	10	1,24%
Araraquara	781	96,66%
Boa Esperança do Sul	2	0,25%
Gavião Peixoto	2	0,25%
Itápolis	1	0,12%
Jaboticabal	1	0,12%
Matão	5	0,62%
Nova Europa	1	0,12%
Rincão	2	0,25%
Santa Lúcia	1	0,12%
São Carlos	2	0,25%
Total	808	100,00%

Fonte: Petronio, 2025.

Referente a renda familiar dos participantes (Tabela 4), confirma o perfil de forte vulnerabilidade socioeconômica do público atendido. As faixas de menor renda, especialmente aquelas que utilizam o

salário mínimo como referência, concentram a maior parte dos inscritos. O maior grupo é composto por jovens com renda familiar até R\$ 998,00, somando 137 participantes (16,96%), seguido pela faixa até R\$ 937,00, com 63 jovens (7,80%). Considerando todas as faixas classificadas como “até R\$ X,XX”, o total chega a 348 participantes, equivalente a 43,07% do programa, evidenciando que quase metade dos beneficiários pertence a famílias com rendimentos iguais ou inferiores ao salário mínimo vigente nas respectivas épocas.

As faixas intermediárias, que abrangem rendas levemente superiores ao salário mínimo e geralmente alcançam até aproximadamente três salários mínimos, também apresentam participação expressiva. A mais representativa delas, “de R\$ 998,01 a R\$ 1.996,00”, reúne 92 participantes (11,39%), reforçando a presença de jovens provenientes de famílias de classe média baixa e com vulnerabilidade socioeconômica relevante.

Nas faixas acima, resulta que apenas 59 participantes (7,30%) pertencem a famílias com rendas mais elevadas, classificadas nas categorias “acima de R\$ X,XX”. Esse número reduzido confirma o caráter focalizado do programa, cujo público majoritário encontra-se em condições econômicas mais frágeis.

De forma geral, os dados demonstram que o Programa Jovem Cidadão cumpre seu papel social ao priorizar jovens de baixa renda: quase um terço dos participantes concentra-se apenas nas faixas de até R\$ 998,00 e de R\$ 998,01 a R\$ 1.996,00. A predominância de famílias de baixa e baixíssima renda reforça o impacto do programa como política de inclusão e apoio a jovens em situação de vulnerabilidade.

Tabela 4 - Renda Familiar

Renda Familiar		
	Nº	%
até R\$ 937,00	63	7,80%
até R\$ 998,00	137	16,96%
até R\$ 1.100,00	40	4,95%
até R\$ 1.212,00	33	4,08%
até R\$ 1.320,00	34	4,21%
até R\$ 1.412,00	29	3,59%
até R\$ 1.518,00	12	1,49%
de R\$ 937,01 a R\$ 1.874,00	43	5,32%
de R\$ 998,01 a R\$ 1.996,00	92	11,39%
de R\$ 1.100,01 a R\$ 2.200,00	33	4,08%
de R\$ 1.212,01 a R\$ 2.424,00	21	2,60%
de R\$ 1.320,01 a R\$ 2.640,00	21	2,60%

de R\$ 1.412,01 a R\$ 2.824,00	18	2,23%
de R\$ 1.518,01 a R\$ 3.036,00	11	1,36%
de R\$ 1.874,01 a R\$ 3.748,00	23	2,85%
De R\$ 1.996,01 a R\$ 3.992,00	47	5,82%
De R\$ 2.200,01 a R\$ 4.400,00	13	1,61%
De R\$ 2.424,01 a R\$ 4.848,00	22	2,72%
De R\$ 2.640,01 a R\$ 5.280,00	36	4,46%
De R\$ 2.824,01 a R\$ 5.648,00	14	1,73%
de R\$ 3.036,01 a R\$ 6.072,00	7	0,87%
acima de R\$ 3.748,00	9	1,11%
acima de R\$ 3.992,01	6	0,74%
acima de R\$ 4.400,01	15	1,86%
acima de R\$ 4.848,01	10	1,24%
acima de R\$ 5.280,01	13	1,61%
acima de R\$ 5.648,01	4	0,50%
acima de R\$ 6.072,01	2	0,25%
Total	808	100,00%

Fonte: Petronio, 2025.

O ano de inscrição (Tabela 5), mostra que o Programa Jovem Cidadão teve seu período de maior expansão entre os anos de 2017 e 2020, quando concentrou os maiores volumes de inscrições. O principal pico ocorreu em 2019, com 161 participantes (19,93%), seguido por 2017, que registrou 138 inscrições (17,08%), e 2020, com 121 jovens (14,98%). Esses números indicam que, nos primeiros anos, o programa teve alta adesão e forte capacidade de captação, mesmo diante do contexto adverso da pandemia.

A partir de 2021, porém, observa-se uma tendência consistente de retração. Os anos seguintes apresentam reduções graduais na quantidade de novos inscritos: 2021 registrou 101 participantes (12,50%), 2022 caiu para 86 (10,64%) e 2024 atingiu apenas 65 (8,04%). O dado mais recente, referente a 2025, mostra apenas 32 inscrições (3,96%), mas deve ser interpretado como parcial, já que corresponde provavelmente apenas ao início do ano.

Esse cenário revela que o programa, após um período inicial de forte expansão, tem enfrentado dificuldades para manter o mesmo ritmo de entrada de novos jovens. A queda acumulada entre o pico de 2019 e 2022 representa quase 47%, indicando a necessidade de reforçar estratégias de mobilização, divulgação e aproximação com o público-alvo. Assim, a dinâmica temporal evidencia um desafio atual para a manutenção da demanda, contrastando com a vitalidade observada nos primeiros anos de funcionamento.

Tabela 5 - Ano de Inscrição

Ano de Inscrição		
	Nº	%
2017	138	17,08%
2019	161	19,93%
2020	121	14,98%
2021	101	12,50%
2022	86	10,64%
2023	104	12,87%
2024	65	8,04%
2025	32	3,96%
Total	808	100,00%

Fonte: Petronio, 2025.

A Tabela 6, que representa o ano de inscrição pelo curso, aponta o perfil educacional e a evolução das escolhas dos jovens ao longo dos anos. Observa-se que o Ensino Médio concentra o maior número de inscritos (204), confirmado que o programa permanece voltado majoritariamente a jovens em fase escolar básica. Os cursos superiores mais procurados são Psicologia (101) e Ciências Sociais (95), ambos com tendência de crescimento nos últimos anos, especialmente entre 2021 e 2024. Administração Pública (78) e Direito (75) continuam relevantes, embora o Direito apresenta queda de interesse recente. Em contraste, cursos das áreas de Exatas, como Engenharia Civil e Técnico em Administração, mostram declínio ou baixa continuidade após 2020.

A análise temporal revela picos importantes, como Ensino Médio em 2019, Direito entre 2017/2019 e Ciências Sociais em 2023/2024 e, ao mesmo tempo, uma retração geral do programa após 2020, perceptível na redução do número de inscrições em quase todas as áreas. Essa dinâmica fica ainda mais clara quando a tabela é interpretada como um mapa de calor: cursos como Ensino Médio, Psicologia e Ciências Sociais formariam linhas mais intensas, enquanto Engenharia Civil e Ciência da Computação exibiram áreas majoritariamente claras, indicando baixa demanda ou interrupção de inscrições. O ano de 2019 seria a coluna mais “quente”, representando o auge do programa.

De forma geral, os padrões reforçam que o Programa Jovem Cidadão historicamente atende principalmente jovens do Ensino Médio e, no nível superior, tem atraído cada vez mais estudantes das Ciências Humanas e Sociais. Ao mesmo tempo, áreas de Exatas têm pouca representatividade, e a queda no número total de inscrições após 2020 sugere uma diminuição do alcance geral do programa.

Tabela 6 - Ano de Inscrição por Curso

Q5 X Q1	Ano de Inscrição								
Curso	2017	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Administração	3	3	2	0	0	0	0	1	9
Administração Pública	15	9	13	5	9	13	9	5	78
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	0	0	1	0	0	2	0	0	3
Arquitetura e Urbanismo	6	10	5	3	5	8	3	3	43
Ciência da Computação	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Ciências Biológicas	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Ciências Econômicas	2	4	2	4	2	3	0	0	17
Ciências Sociais	6	6	13	13	16	19	17	5	95
Direito	15	17	11	10	8	4	8	2	75
Educação Física	2	2	0	8	0	0	0	0	12
Engenharia Civil	10	3	1	0	0	2	1	0	17
Engenharia Elétrica	0	0	0	1	2	0	0	0	3
Ensino Médio	38	73	34	18	15	18	4	4	204
Farmácia	4	1	4	0	5	3	4	0	21
Fisioterapia	1	1	0	0	1	2	1	0	6
Jornalismo	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Medicina Veterinária	0	1	4	1	1	1	2	0	10
Nutrição	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Odontologia	0	0	4	0	0	0	0	0	4
Pedagogia	0	0	7	13	0	4	6	1	31
Psicologia	16	7	14	16	12	18	9	9	101
Publicidade	1	1	0	0	0	0	1	0	3
Serviço Social	1	2	4	3	2	1	0	0	13
Sistemas de Informação	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Técnico em Administração	7	12	1	5	2	0	0	2	29
Técnico em Contabilidade	1	0	0	0	0	1	0	0	2
Técnico em Farmácia	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Técnico em Informática	4	6	1	0	2	3	0	0	16
Técnico em Nutrição e Dietética	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Técnico em Secretariado	4	2	0	0	0	0	0	0	6
Tecnologia em Gestão Empresarial	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Total	138	161	121	101	86	104	65	32	808

Fonte: Elaboração própria, 2025.



A relação entre o curso e a cidade (Tabela 7), representada por mapa de calor em que a cor azul representa maior presença numérica de curso e a vermelha representa menor. O mapa revela que o programa Jovem Cidadão possui forte concentração geográfica em Araraquara, que domina de forma quase absoluta todas as linhas da matriz. A coluna correspondente ao município seria visivelmente a mais intensa, indicando que praticamente todos os cursos têm a maior parte de seus participantes residentes na cidade-sede. Os cursos com maior destaque são Ensino Médio (120), Psicologia (96) e Ciências Sociais (93), evidenciando tanto o peso de Araraquara quanto a predominância dessas áreas na composição geral.

Nas demais cidades, o mapa mostraria apenas pontos isolados de intensidade suave, indicando participação pequena e dispersa. Matão apresenta inscrições distribuídas entre cinco cursos, sem concentração; Américo Brasiliense também participa de forma fragmentada, com 10 jovens distribuídos em diferentes formações; Boa Esperança do Sul possui uma participação extremamente específica, restrita a Administração Pública; e cidades como Gavião Peixoto e Santa Lúcia registram inscrições pontuais em dois ou apenas um curso. Além disso, diversas linhas como Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Pedagogia, Odontologia e Técnico em Farmácia, aparecem quase totalmente preenchidas apenas por Araraquara, reforçando a pouca capilaridade regional do programa.

A representação visual por mapa de calor enfatiza, portanto, o caráter essencialmente municipal do Jovem Cidadão. Araraquara concentra praticamente todo o “calor” do gráfico, enquanto as demais cidades surgem como contribuições simbólicas, sem volume ou continuidade. Quando há participação externa, ela tende a ser rara, distribuída ou altamente específica, confirmando que o programa tem impacto predominante apenas dentro do município.

Tabela 7 - Cidade por curso

Q1 x Q3		Cidade											
Curso		Américo Brasiliense	Araraquara	Boa Esperança do Sul	Gavião Peixoto	Itápolis	Jaboticabal	Matão	Nova Europa	Rincão	Santa Lúcia	São Carlos	Total
Administração	1	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Administração Pública	0	77	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	78
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Arquitetura e Urbanismo	2	39	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	43
Ciência da Computação	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Ciências Biológicas	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Ciências Econômicas	1	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17
Ciências Sociais	1	93	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	95
Direito	1	71	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	75
Educação Física	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12
Engenharia Civil	0	15	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	17
Engenharia Elétrica	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Ensino Médio	1	203	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	204
Farmácia	0	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21
Fisioterapia	0	5	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	6
Jornalismo	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Medicina Veterinária	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Nutrição	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Odontologia	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Pedagogia	0	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	31
Psicologia	1	96	0	1	0	0	2	0	0	1	0	0	101
Publicidade	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Serviço Social	0	12	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	13
Sistemas de Informação	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Técnico em Administração	1	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29
Técnico em Contabilidade	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Técnico em Farmácia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Técnico em Informática	0	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16
Técnico em Nutrição e Dietética	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Técnico em Secretariado	1	4	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	6
Tecnologia em Gestão Empresarial	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Total	10	781	2	2	1	1	5	1	2	1	2	808	



Fonte: Elaboração própria, 2025.

2.1.4. Critérios adotados para definição das vagas de estágio no Programa Jovem Cidadão

Segundo informações fornecidas por Petrônio, a definição do número de vagas ofertadas a cada edição do Programa Jovem Cidadão ocorre a partir de solicitações realizadas pelos órgãos competentes da administração pública municipal. A abertura de vagas depende, portanto, das demandas internas dos setores que necessitam de estagiários, bem como da disponibilidade orçamentária destinada ao programa.

Em relação aos critérios de classificação dos jovens inscritos, Maicon esclarece que o processo busca priorizar estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Entre os fatores considerados estão: renda familiar reduzida, maior número de irmãos ou dependentes no núcleo familiar, e idade mínima de 16 anos, conforme previsto nas diretrizes do programa. Essas informações são declaradas pelos candidatos no momento da inscrição e utilizadas para organizar a ordem de prioridade no processo seletivo.

Os parâmetros adotados se concentram principalmente na faixa econômica e nas condições sociofamiliares declaradas pelos estudantes. Da mesma forma, o registro de mudanças ou ajustes no número de vagas ocorre conforme a demanda apresentada pelos setores requisitantes, sem no momento presente a existência de um sistema estatístico consolidado que vincule esses ajustes a análises periódicas de dados. O que indica a sugestão de uma criação de análises que podem ser realizadas a partir da sugestão do trabalho proposto.

2.1.5. Estratégias de disseminação das informações do Programa Jovem Cidadão

A divulgação das informações relacionadas ao Programa Jovem Cidadão é realizada principalmente pela Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Araraquara, responsável por centralizar e repassar conteúdos institucionais para diferentes meios de comunicação. Segundo as informações fornecidas por Petrônio, a Secretaria de Comunicação desempenha papel fundamental ao garantir que as orientações, editais, cronogramas e atualizações sobre o programa sejam amplamente divulgados à população.

Entre os canais utilizados, destacam-se as plataformas digitais da Prefeitura, especialmente Facebook e Instagram, que permitem alcançar jovens de maneira rápida e direta, considerando que esse público está fortemente presente nas redes sociais. Esses meios têm se mostrado eficazes para ampliar o alcance das informações, especialmente em períodos de maior mobilização, como durante a abertura de inscrições para novas edições do programa.



Além das mídias sociais, a divulgação também ocorre por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Nesse espaço, é realizada a orientação de inscrição do Programa que pode ser realizado de forma online ou presencial com instruções dos agentes do CRAS.

2.2. Público-alvo

2.2.1. Quantitativo de jovens participantes e distribuição por escolaridade

Atualmente, o Programa Jovem Cidadão conta com aproximadamente 69 jovens, número que aponta uma redução em relação aos períodos anteriores. Entre os participantes, há predominância de estudantes de nível superior, embora o programa também conte com jovens do ensino médio e técnico, conforme as inscrições realizadas a cada edição.

No que diz respeito à transparência, as informações disponíveis sobre o programa são apresentadas em canais oficiais da Prefeitura Municipal. No entanto, observa-se que ainda não há uma divulgação sistemática e atualizada sobre o número de participantes, suas características educacionais ou o histórico de atendimentos. Assim, embora existam espaços institucionais destinados à comunicação e à prestação de contas, os dados referentes ao programa não aparecem de forma organizada ou consolidada, o que limita o acesso do público a informações mais detalhadas.

2.2.2. Plano de participação para jovens em situação de vulnerabilidade social

O município conta com 11 CRAS, distribuídos estrategicamente nos territórios, conforme endereço disponível no portal oficial da Prefeitura. A cobertura territorial permite identificar e acompanhar jovens em diferentes regiões da cidade, com destaque para o papel central desses equipamentos na identificação das famílias prioritárias. Essas informações foram fornecidas por Maria Claudia Moreira, chefe da Divisão de Assistência Social Básica, que detalhou a organização e o funcionamento da rede socioassistencial.

O CRAS Central, por exemplo, possui cerca de 8 mil famílias referenciadas, número que vem crescendo desde agosto de 2025 com sua inauguração. Esse volume expressivo de atendimentos demonstra a relevância do equipamento e indica uma grande concentração de jovens em situação de vulnerabilidade que possuem perfil para ingressar no Programa Jovem Cidadão.

Grande parte desses jovens está inscrita no Cadastro Único, o que permite a identificação objetiva da situação socioeconômica e facilita o direcionamento de ações prioritárias. Em alguns casos, os agentes encaminham jovens para programas complementares, como o Filhos do Sol, que



realiza acompanhamento familiar exclusivo dos adolescentes indicados, reforçando a articulação da rede de proteção social no território.

2.2.3. Mapeamento social dos jovens do território

De acordo com informações fornecidas por Vera Lúcia Bellenzani Mathias, Assistente Social, o município não dispõe de um mapeamento social específico voltado exclusivamente para os jovens com potencial de participação no Programa Jovem Cidadão. Não há um acompanhamento sistemático que consolide dados como escolaridade, renda, composição familiar, exposição à violência ou situação de trabalho voltados ao público jovem.

O que existe atualmente é a avaliação socioeconômica realizada caso a caso, com base em entrevistas e na análise da renda per capita familiar, procedimento utilizado para emissão de pareceres que justificam a situação de vulnerabilidade. Nessa análise, são considerados elementos da organização familiar e das condições de vida no momento da avaliação. Exemplos incluem famílias com vários irmãos menores de idade, o que pode caracterizar maior fragilidade social. No entanto, tais situações variam conforme o contexto e são analisadas individualmente.

Em relação à escolaridade, observa-se que os jovens atendidos apresentam perfis diversos:

Ensino médio e técnico: são os níveis mais comuns entre os jovens em situação de vulnerabilidade acompanhados pela rede socioassistencial.

Ensino superior: há casos de estudantes universitários que dependem de bolsas da UNESP para permanecer no município. Mesmo estudantes estrangeiros podem acessar benefícios vinculados ao Cadastro Único, como alimentação, moradia e vagas em repúblicas estudantis.

Contudo, segundo a assistente social, a maioria dos jovens matriculados no ensino superior não se encontra em situação de vulnerabilidade social intensa, quando comparados aos jovens acompanhados pelo CRAS ou inscritos no Cadastro Único.

2.2.4. Perfil do jovem estagiário

Com base nas informações apresentadas por Moreira e Mathias, observa-se que o interesse dos jovens em oportunidades de estágio e capacitação no âmbito do Programa Jovem Cidadão é heterogêneo e fortemente influenciado pelo perfil individual de cada participante.

Segundo ambas as profissionais, o acesso ao programa ainda é limitado, especialmente entre jovens em situação de vulnerabilidade, o que reduz a percepção inicial de interesse. Em muitos casos,



o jovem só demonstra disposição para participar após receber orientação direta, seja pelo CRAS ou pela equipe responsável pelo estágio, indicando que a busca espontânea por vagas ainda é baixa.

Moreira e Mathias destacam que o nível de engajamento varia consideravelmente entre os estagiários:

Alguns jovens demonstram baixa motivação para o trabalho, o que pode estar associado a contextos familiares fragilizados, insegurança quanto ao futuro profissional ou falta de experiências prévias de inserção no mundo do trabalho, ou mesmo desinteresse.

Por outro lado, há jovens que apresentam alto comprometimento, aproveitando de forma significativa a oportunidade de estágio e capacitação. Estes tendem a participar mais ativamente das atividades, desenvolver habilidades socioemocionais e profissionais e, em alguns casos, acabam sendo contratados pelos próprios órgãos onde estagiam, dando continuidade ao vínculo após o término do programa.

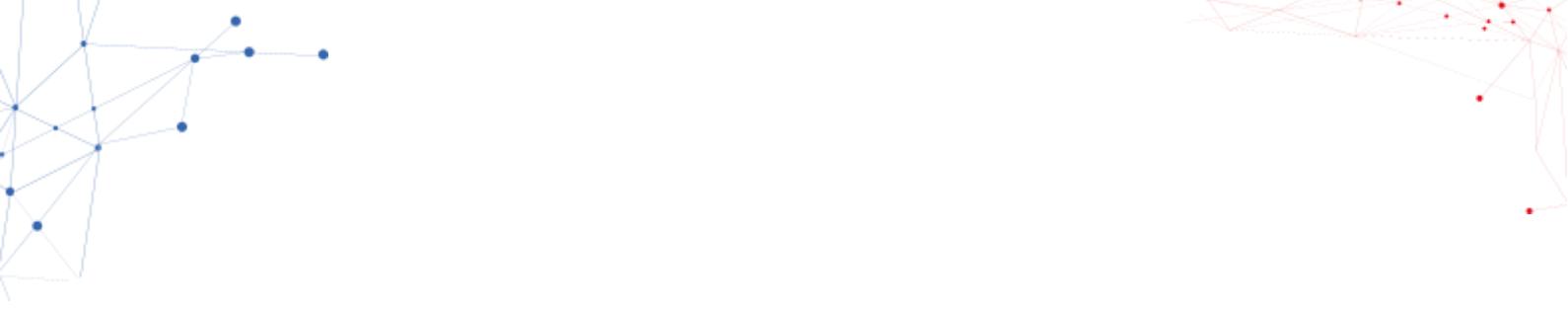
Assim, a fala de ambas evidencia que o interesse dos jovens não é uniforme: ele depende tanto das condições sociais e motivacionais quanto da orientação recebida durante o processo de ingresso e acompanhamento, reforçando a importância de ações de apoio, acolhimento e engajamento contínuo no decorrer do estágio.

2.2.5. Critério social pelo encaminhamento do CRAS

De acordo com as informações fornecidas por Vera Lúcia Bellenzani Mathias, alguns critérios sociais aparecem com maior frequência entre os jovens encaminhados pelo CRAS para participação em programas como o Jovem Cidadão. Esses critérios estão diretamente relacionados aos vínculos já estabelecidos com a rede socioassistencial, especialmente entre famílias que possuem acompanhamento contínuo.

Mathias destaca que muitos desses jovens pertencem a famílias referenciadas no CRAS e inscritas no Cadastro Único, o que facilita a identificação de vulnerabilidades como baixa renda, composição familiar complexa (como presença de vários irmãos menores), ausência de renda estável e fragilidades no acesso a serviços essenciais. A seleção é feita pela própria assistente social, que avalia caso a caso e considera tanto as condições socioeconômicas quanto o histórico de acompanhamento da família.

Ela reforça que o critério que mais se repete é justamente a manutenção de vínculos com a rede de proteção social, evidenciando que os jovens encaminhados ao programa geralmente pertencem a famílias já inseridas em serviços, orientações ou acompanhamentos oferecidos pelo CRAS. Em outras palavras, o encaminhamento tende a priorizar jovens cujas famílias apresentam maior fragilidade social e que já passam por algum tipo de intervenção da política de assistência social.



Assim, a fala de Mathias demonstra que o encaminhamento não ocorre de forma aleatória. Está diretamente relacionado à presença prévia da família no sistema de proteção social, garantindo que o programa alcance o público que mais necessita e que se encontra em situação de maior vulnerabilidade.

O que esclarece que essas análises são registradas e acompanhadas por meio do sistema 1Doc, utilizado pela equipe técnica para formalização dos pareceres e avaliações. No entanto, tais informações não estão disponibilizadas em portal de transparência, uma vez que não existe um levantamento consolidado especificamente para esse recorte de jovens, o que exigiria uma sistematização detalhada caso a caso.

2.2.6. Escola do Governo como política de fortalecimento do Jovem Cidadão

Diversas políticas públicas podem atuar de forma complementar ao Programa Jovem Cidadão, contribuindo para o desenvolvimento integral dos jovens e fortalecendo sua trajetória profissional, social e educacional. Entre essas políticas, destacam-se ações de capacitação, proteção social básica e qualificação profissional, alinhadas com as necessidades identificadas pela rede socioassistencial.

A Escola do Governo aparece como uma das principais estruturas complementares, oferecendo capacitações ao longo de todo o período de estágio. Estes cursos abrangem temas como atendimento ao público, rotinas administrativas, comunicação institucional e outras competências essenciais para o ambiente de trabalho. Embora a equipe reconheça que há limitações de tempo e estrutura, podendo gerar lacunas no trabalho diário, a Escola do Governo consegue atender parte importante das demandas formativas dos jovens, ainda que de forma pontual em certos momentos.

Programas de qualificação profissional, acessíveis por meio de parcerias com instituições de ensino técnico, universidades, SENAI, SENAC e outras entidades, também são apontados como complementares importantes. Esses cursos podem ampliar as perspectivas de empregabilidade dos jovens após o estágio, oferecendo formação profissionalizante e certificações reconhecidas.

Dessa forma, observa-se que a integração entre o Programa Jovem Cidadão e a Escola do Governo, cria um percurso mais robusto de desenvolvimento. Essa articulação amplia oportunidades, fortalece competências e contribui para que os jovens em vulnerabilidade social tenham acesso a trajetórias mais estáveis e promissoras.

2.2.7. Desafios enfrentados pelos jovens

A permanência de jovens em situação de vulnerabilidade social no Programa Jovem Cidadão enfrenta diversos desafios, muitos dos quais estão associados às condições socioeconômicas, responsabilidades familiares e limitações estruturais do território. Com base nas informações



fornecidas pela equipe, incluindo os apontamentos de Vera Lúcia Bellenzani Mathias, destacam-se os seguintes elementos críticos:

1. Transporte e deslocamento

Historicamente, o programa oferecia um auxílio-transporte provisório até que o vale-transporte fosse efetivamente disponibilizado ao jovem. Nas situações excepcionais em que havia demora ou inconsistências no fornecimento do benefício, o deslocamento tornava-se um obstáculo significativo, especialmente para jovens residentes em bairros periféricos ou em regiões sem boa cobertura de transporte público.

Sem um apoio regular e garantido, muitos jovens enfrentam dificuldade de manter a rotina diária de deslocamento até os órgãos onde estagiaram.

2. Renda e condições socioeconômicas

Segundo Vera Mathias, as condições de renda das famílias constituem um dos maiores entraves. Muitos jovens vivem em contextos de insuficiência financeira, nos quais a renda familiar é instável ou depende de programas sociais. Nessas situações, a necessidade de contribuir com o orçamento doméstico pode competir com a permanência no estágio, levando parte deles a buscar trabalhos informais que ofereçam retorno imediato.

A vulnerabilidade econômica também impacta a permanência ao interferir na regularidade de alimentação, acesso à internet e organização da rotina.

3. Horários e compatibilidade com estudos

Para jovens do ensino médio e técnico, a compatibilização entre horários escolares e carga horária do estágio pode gerar conflitos que dificultam a continuidade. A rotina de deslocamento, somada às atividades escolares e familiares, reduz a flexibilidade e impacta o rendimento.

2.3. Objetivos do programa/projeto

2.3.1. Objetivos de curto, médio e longo prazo do Programa Jovem Cidadão

Segundo Jardim, que dispôs informações sobre os diferentes objetivos distribuídos entre curto, médio e longo prazo, conforme as finalidades atribuídas na Lei 8.938/2017 do Programa Jovem Cidadão.

No curto prazo, o programa busca oferecer aos jovens uma fonte de renda que contribua para o apoio financeiro individual e familiar, possibilitando melhores condições de permanência nos estudos e maior autonomia econômica.



Em médio prazo, o objetivo consiste em promover o desenvolvimento das atividades de trabalho dentro da estrutura da Prefeitura Municipal. Nesse sentido, o programa visa proporcionar aos jovens a vivência cotidiana no ambiente administrativo público, favorecendo o aprendizado prático, a responsabilidade profissional e o contato com rotinas institucionais.

Por fim, no longo prazo, o programa pretende contribuir para a inserção desses jovens no mercado de trabalho, funcionando como uma porta de entrada para o primeiro emprego. A experiência adquirida durante o estágio atua como um elemento formativo essencial, fortalecendo o currículo, ampliando habilidades e tornando o jovem mais preparado para futuras oportunidades profissionais.

2.3.2. Diagnóstico do desenvolvimento e a execução do Programa Jovem Cidadão

No Anexo II do Plano Plurianual (PPA) referente ao exercício de 2022 a 2025, o demonstrativo de programas e ações apresenta a previsão de indicadores físicos e financeiros para diversas iniciativas municipais. Entre esses indicadores, destaca-se o índice de estagiários, cuja unidade de medida foi estabelecida com base na expectativa de 300 estagiários ao longo do período analisado.

Dentro deste contexto, o Programa Jovem Cidadão, identificado pelo código de ação 2101, estabelece como meta física o atendimento de 100 estagiários durante o quadriênio.

No que se refere ao planejamento financeiro, o programa apresenta evolução anual dos custos estimados, distribuídos da seguinte forma:

- 2022: R\$ 1.050.000,00
- 2023: R\$ 1.110.000,00
- 2024: R\$ 1.170.000,00
- 2025: R\$ 1.250.000,00

Observa-se um crescimento gradual dos investimentos, que pode ser associado a fatores como atualização de bolsas-auxílio, ampliação de atividades pedagógicas e administrativas, reajustes contratuais ou expansão estrutural do programa.

De forma geral, o PPA demonstra coerência interna ao alinhar metas físicas com seus correspondentes valores financeiros. O aumento progressivo do orçamento reforça a intenção de manter e possivelmente qualificar o Programa Jovem Cidadão como política pública de inserção e formação profissional para jovens.

2.4. Quadro normativo

A regulamentação do Programa Jovem Cidadão está definida pela Lei Municipal nº 8.938/2017, especialmente nos Artigos 8º e 10, que estabelecem os critérios de seleção e a forma de definição do número de bolsas. A seguir, apresentam-se os trechos legais:

"Art. 8º A seleção dos estagiários dar-se-á mediante processo seletivo público, considerando critérios socioeconômicos e pedagógicos estabelecidos em edital especialmente publicado para esse fim, elaborado conjuntamente entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, Educação e Gestão e Finanças e publicado pelo Chefe do Poder Executivo" (2017).

"Art. 10. O número de bolsas-auxílio referidas nesta Lei será fixado por portaria do Chefe do Poder Executivo em até 10 (dez) dias a contar da data de entrada em vigor da presente Lei e, posteriormente, até o dia 31 de janeiro de cada ano" (2017).

2.5. Recursos

LEI N° 8.938, DE 6 DE ABRIL DE 2017 - Art. 11. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de:

I - dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário;

II - auxílios, subvenções ou doações de instituições de ensino e entidades públicas e privadas, destinadas ao Programa "Jovem Cidadão";

III - recursos/receitas decorrentes de Termo de Ajuste de Conduta homologados pelo poder judiciário.

2.6. Atividades

O Programa Jovem Cidadão envolve uma rede de atores institucionais que desempenham funções distintas, porém complementares. Apesar dessa articulação, observa-se que o grau de integração entre eles ainda é limitado, havendo espaço para ampliar a cooperação entre secretarias, CRAS, escolas, empresas e demais setores da sociedade civil.

A Secretaria de Assistência Social, por meio dos CRAS, possui papel estratégico na identificação de jovens em vulnerabilidade, uma vez que acompanha famílias referenciadas na rede socioassistencial. Contudo, o programa enfrenta limitações na consolidação de dados estruturados sobre o público jovem. Segundo informações técnicas, seria possível realizar levantamentos pelo sistema 1Doc, mas isso demandaria análise caso a caso, já que os dados não estão organizados em formato agregado. Além disso, há registros provenientes do programa Filhos do Sol, que mantém lista



de espera e atende jovens de 12 a 16 anos em atividades no Centro da Juventude, sendo que em quatro dias de vivência e um dia de participação no programa, com contratos de até dois anos. Esses dados poderiam complementar o diagnóstico do público jovem, mas também não estão sistematizados.

Apesar de o CRAS possuir condições de mapear parte da trajetória dos jovens, o Programa Jovem Cidadão não dispõe de mecanismos formais para identificar como o jovem tomou conhecimento do programa, tampouco possui integração plena com os registros da assistência social. Isso limita a compreensão sobre o alcance real da política e sobre os perfis que chegam espontaneamente versus aqueles encaminhados pela rede.

2.6.1. Acompanhamento dos Jovens Após o Encaminhamento

No que se refere ao acompanhamento após o ingresso em programas como o Jovem Cidadão, a equipe relata que não há um monitoramento estruturado. De modo geral, o CRAS realiza o encaminhamento inicial e, no cotidiano, orienta jovens e famílias para o CIPROESC, mas não há um fluxo estabelecido para acompanhar a evolução do jovem ao longo do estágio.

No caso de programas como o Filhos do Sol é voltado especificamente a jovens em situação de risco, que também não existe acompanhamento contínuo após a conclusão do ciclo. A ausência de acompanhamento pós-estágio limita a capacidade de avaliar impactos, identificar fragilidades e aprimorar estratégias de inserção profissional.

2.6.2. Acompanhamento Pós-Estágio e Inserção no Mercado de Trabalho

Atualmente, os jovens participantes do Programa Jovem Cidadão não são acompanhados após o término do estágio. Não há levantamento sobre continuidade dos estudos, inserção no mercado de trabalho, condições de vida ou outros desdobramentos. A percepção das equipes é que o programa acaba sendo, na prática, mais elitista, pois beneficia com mais facilidade jovens que já possuem maior estrutura social, apoio familiar ou perspectivas educacionais consolidadas.

Ainda assim, existem potenciais caminhos para ampliar o impacto do programa. Há possibilidades de articulação com empresas locais, como Lupo e Cutrale, que podem receber jovens capacitados após o estágio, criando oportunidades reais de empregabilidade.

Outro desafio apontado é que o valor atual das bolsas e do tíquete de alimentação é insuficiente, ficando abaixo do custo de uma cesta básica, o que dificulta a permanência dos jovens de maior vulnerabilidade. Nesse sentido, ampliar os benefícios e repensar a política de apoio financeiro poderia fortalecer não apenas a entrada, mas principalmente a permanência dos jovens no programa.



Por fim, destaca-se que as capacitações não deveriam se encerrar no término do estágio. A continuidade formativa, seja por meio da Escola de Governo, programas profissionalizantes ou parcerias com instituições privadas, é uma estratégia essencial para garantir que a trajetória profissional do jovem seja sustentada ao longo do tempo.

2.7. Produtos

A articulação entre os diferentes atores envolvidos, como secretarias, CRAS, escolas e demais equipamentos públicos, é fundamental para que o Programa Jovem Cidadão entregue seus produtos de forma adequada, eficiente e acessível ao público-alvo. Esses produtos incluem, principalmente, oportunidades de estágio, orientação profissional e encaminhamentos socioassistenciais, que só se concretizam plenamente quando há integração entre as atividades e boa comunicação com os jovens.

Entretanto, as falas coletadas evidenciam que a divulgação do programa ainda é tímida, o que limita o alcance dos seus benefícios. Os entrevistados apontam que a divulgação precisa ser ampliada, especialmente no ambiente escolar, onde muitos jovens sequer sabem como o programa funciona ou como realizar a inscrição. Assim, ações de comunicação nas escolas, rodas de conversa e apresentação do programa durante os períodos letivos podem aumentar significativamente a participação.

Além disso, os CRAS podem desempenhar papel estratégico para tornar o programa mais acessível. Sugere-se a abertura de momentos específicos dentro dos equipamentos para apoiar os jovens na realização das inscrições, oferecendo orientações diretas, acompanhamento e, quando necessário, disponibilização de computadores para aqueles que não possuem acesso à internet ou dispositivos em casa. Essa iniciativa é especialmente relevante considerando que o município possui 166 bairros distribuídos em um território amplo, onde muitos jovens enfrentam dificuldades logísticas e tecnológicas.

Ao melhorar a divulgação e ampliar o acesso, o programa fortalece seus produtos, garantindo que mais jovens tenham a oportunidade de participar, experimentar o ambiente de trabalho e se inserir em trajetórias de formação e desenvolvimento profissional. A combinação dessas ações resulta em entregas mais efetivas e contribui para a redução das desigualdades no acesso às oportunidades.

2.8. Resultados

A participação no Programa Jovem Cidadão, combinada às articulações institucionais e aos serviços socioassistenciais envolvidos, busca gerar resultados de médio prazo que contribuam diretamente para o desenvolvimento integral dos jovens em situação de vulnerabilidade. Ao acessar os produtos do programa, que são as oportunidades de estágio, orientação profissional, encaminhamentos qualificados e apoio dos CRAS, espera-se que os jovens ampliem suas condições



de autonomia, fortaleçam competências socioemocionais e desenvolvam maior preparo para o ingresso no mercado de trabalho.

A ampliação da divulgação do programa, o apoio direto dos equipamentos públicos no processo de inscrição e a articulação com políticas complementares, como Escola de Governo e programas como Filhos do Sol, tendem a gerar efeitos cumulativos, reduzindo barreiras de acesso e estimulando o interesse dos jovens por formação e capacitação. Esses esforços permitem que o programa alcance um número maior de participantes, favorecendo o engajamento e a permanência no estágio.

Entre os resultados esperados, destacam-se: o aumento do número de jovens com experiência profissional formal; o fortalecimento de vínculos sociais e institucionais; a melhoria da renda familiar a partir de bolsas e futuras oportunidades de trabalho; e o aprimoramento do desempenho escolar, especialmente entre jovens que, segundo os relatos, apresentam apatia inicial, mas evoluem quando acompanhados por equipes envolvidas. A identificação qualificada realizada pelos CRAS, apoiada por registros no sistema 1Doc e por critérios socioeconômicos validados pelas equipes técnicas, também contribui para priorizar jovens que mais necessitam da política.

Espera-se ainda que a participação no programa amplie horizontes profissionais, fortaleça a autoestima e aumente a perspectiva de continuidade nos estudos, sobretudo no ensino médio, técnico e superior, onde muitos jovens enfrentam barreiras financeiras e estruturais. Em médio prazo, o Programa Jovem Cidadão tende a promover trajetórias mais estáveis, colaborando para a redução da vulnerabilidade social, a inserção no mercado formal e a construção de projetos de vida mais sólidos.

Assim, os resultados previstos dialogam diretamente com os objetivos centrais do programa: oferecer oportunidades reais de desenvolvimento pessoal e profissional, reduzir desigualdades e criar condições para que jovens do município avancem rumo à autonomia e à inclusão produtiva.

2.9. Impactos

Os impactos de longo prazo decorrentes da participação dos jovens no Programa Jovem Cidadão tendem a reverberar não apenas na vida dos beneficiários diretos, mas também em suas famílias, comunidades e em diferentes setores da sociedade. Ao proporcionar experiências profissionais iniciais, capacitação e aproximação com políticas públicas, o programa contribui para a formação de trajetórias mais estáveis, ampliando as chances de inserção no mercado de trabalho e fortalecendo a autonomia econômica e social dos jovens em situação de vulnerabilidade.

Entre os impactos positivos esperados destaca-se a redução estrutural das desigualdades, uma vez que o acesso a oportunidades formais de estágio pode romper ciclos históricos de exclusão. A vivência institucional e a construção de competências profissionais aumentam a empregabilidade e favorecem o desenvolvimento de projetos de vida mais consistentes. A médio e longo prazo, isso pode refletir na diminuição da evasão escolar, no aumento do acesso ao ensino técnico e superior e em novas perspectivas de mobilidade social. Também se espera um fortalecimento comunitário, já que



jovens mais integrados às políticas públicas tendem a reproduzir em seus territórios práticas de cidadania, participação e responsabilidade social.

No campo institucional, o programa pode gerar impactos positivos ao estimular uma cultura de valorização da juventude e aprimorar fluxos de trabalho entre as secretarias, especialmente Direitos Humanos, Assistência Social e Escola de Governo – promovendo maior integração intersetorial. A aproximação com empresas, organizações sociais e instituições de ensino pode ampliar redes de proteção e criar futuras vagas de emprego ou formação, beneficiando outros segmentos da sociedade.

Entretanto, também existem possíveis impactos negativos ou externalidades não previstas, como a permanência limitada no estágio sem acompanhamento posterior, que pode provocar frustração ou percepção de oportunidades interrompidas. A baixa divulgação e a desigualdade territorial no acesso podem reforçar distorções, deixando jovens de regiões mais vulneráveis ainda menos informados ou representados. Além disso, sem estratégias contínuas de qualificação e suporte socioassistencial, há o risco de que o programa beneficie majoritariamente jovens com maior preparo escolar, acentuando um viés elitista já identificado pelas equipes técnicas.

Por outro lado, a ausência de mecanismos de monitoramento de longo prazo – como o acompanhamento dos jovens após o término do estágio – pode gerar lacunas no entendimento dos verdadeiros impactos sociais. O desconhecimento sobre a trajetória posterior dificulta ajustes no desenho do programa e limita a capacidade de prevenir efeitos indesejados.

Assim, os impactos do Programa Jovem Cidadão, positivos ou negativos, dependem diretamente da qualidade de sua execução, da efetividade das ações intersetoriais e da capacidade de ampliar o acesso dos jovens que mais necessitam da política. Com fortalecimento contínuo, o programa tem potencial para transformar realidades e contribuir para um desenvolvimento social mais inclusivo e sustentável no município.

2.10. Pressupostos

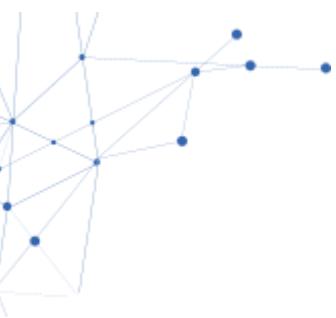
Como pressuposto para fortalecer o acesso dos jovens ao Programa Jovem Cidadão, destaca-se a necessidade de ampliar e diversificar as estratégias de comunicação, considerando as diferentes realidades sociais e tecnológicas dos potenciais beneficiários.

Um dos principais encaminhamentos possíveis é o fortalecimento da atuação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nos territórios. A presença física dos CRAS permite alcançar jovens em situação de vulnerabilidade que, muitas vezes, não possuem acesso contínuo à internet. Nesse sentido, os CRAS podem intensificar ações de orientação, divulgação e apoio à inscrição presencial, garantindo que barreiras tecnológicas não se tornem impeditivas para o ingresso no programa.



Outro pressuposto relevante é a possibilidade de estabelecer uma parceria sistemática entre os CRAS e as escolas públicas, especialmente aquelas com maior concentração de estudantes do ensino médio. Essa articulação amplia a capilaridade da comunicação, combinando o alcance territorial dos CRAS com a forte presença digital dos jovens nas plataformas escolares e redes sociais. Assim, a divulgação direcionada ao ambiente escolar torna-se uma ação estratégica para atingir estudantes que possuem maior inserção virtual, enquanto as ações presenciais continuam atendendo aqueles que dependem do sistema de assistência social.

Portanto, assume-se como pressuposto que a combinação entre estratégias digitais (mídias sociais, comunicação escolar) e intervenções territoriais (ações dos CRAS) constitui um caminho eficaz para ampliar o acesso, diversificar os canais informativos e garantir que diferentes perfis de jovens sejam alcançados. Essa integração fortalece a equidade no acesso ao Programa Jovem Cidadão e potencializa o impacto social da política pública.



3. DIAGRAMA: OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO

Nome do Programa	Objetivos do Programa	Público-alvo
Jovem Cidadão	<ul style="list-style-type: none">• Ampliar o acesso de jovens em situação de vulnerabilidade a oportunidades formais de estágio no setor público.• Promover desenvolvimento profissional inicial, oferecendo vivência prática em atividades administrativas e de atendimento.• Fortalecer competências socioemocionais e cidadãs, contribuindo para a autonomia e construção de projetos de vida.• Estimular a permanência e conclusão da educação básica, articulando estágio e vida escolar.• Aproximar jovens de políticas públicas e fortalecer vínculos com a rede socioassistencial, especialmente via CRAS.• Reduzir desigualdades sociais e territoriais, integrando jovens de diferentes regiões e contextos socioeconômicos.• Promover articulação intersetorial entre secretarias, escolas e demais atores para aprimorar estratégias de inclusão da juventude.	Estudantes matriculados em Ensino Médio, Ensino Técnico e Ensino Superior

4. MAPA DE PROCESSOS E RESULTADOS

<p>Contexto:</p> <p>O Programa Jovem Cidadão busca oferecer oportunidades de estágio a jovens vulneráveis, ampliando acesso ao trabalho, fortalecendo a formação e reduzindo desigualdades sociais no município.</p>	<p>Atividades:</p> <p>As atividades envolvem a divulgação do programa nos territórios e escolas, inscrição e triagem dos jovens, análise socioeconômica nos CRAS, seleção e encaminhamento para vagas de estágio, capacitações conduzidas pela Escola do Governo e acompanhamento básico durante o período de estágio pelas secretarias responsáveis. Essas ações articuladas garantem o acesso e a permanência dos jovens no programa.</p>	<p>Produtos:</p> <p>O principal produto do programa é a oferta de vagas de estágio para jovens em situação de vulnerabilidade, acompanhada de capacitações e orientações que ampliam suas habilidades profissionais. Esses serviços resultam em oportunidades concretas de experiência de trabalho, desenvolvimento pessoal e fortalecimento dos vínculos com a rede de proteção social.</p>	<p>Resultados:</p> <p>O programa busca ampliar a participação de jovens vulneráveis em estágios, desenvolver habilidades profissionais, fortalecer vínculos com a rede de proteção social e melhorar as perspectivas de estudo e trabalho. Espera-se que mais jovens tenham acesso às oportunidades, resultando em trajetórias mais estáveis e inclusivas.</p>	<p>Impactos:</p> <p>Os impactos esperados incluem a redução de desigualdades sociais, o fortalecimento da autonomia dos jovens e a melhoria de suas chances de inserção no mercado de trabalho. A longo prazo, o programa pode contribuir para trajetórias de vida mais estáveis, maior participação cidadã e desenvolvimento social nos territórios atendidos. Também pode gerar efeitos positivos na comunidade e na gestão pública, ao integrar políticas e ampliar redes de proteção.</p>
<p>Recursos:</p> <p>O programa conta com recursos humanos das secretarias envolvidas, estrutura dos CRAS para encaminhamentos, capacitações ofertadas pela Escola do Governo e suporte administrativo do RH. Inclui também recursos financeiros destinados às bolsas de estágio e ao vale-transporte, além do uso de equipamentos públicos para atendimento, divulgação e acompanhamento dos jovens.</p>	<p>Pressuposto:</p> <p>A ampliação da divulgação, especialmente em escolas e territórios atendidos pelos CRAS, é essencial para alcançar jovens em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>Pressuposto:</p> <p>CRAS ofereçam suporte direto aos jovens, incluindo orientação presencial e disponibilização de computadores para inscrição, garantindo inclusão de quem não possui acesso à internet.</p>		

5. LINHA DO TEMPO

A **Linha do Tempo** do programa ou projeto descreve os principais marcos (políticos, sociais, econômicos), que impactaram centralmente a formulação e a implementação do programa ou projeto, além de normas legais diretamente relacionadas, que instituíram, ampliaram ou alteraram a concepção e o funcionamento do programa ou projeto.

2017

Criação do Programa pela Lei N° 8.938/2017

2018

Implementação do Programa

2019

Atingiu o maior número de inscrições do Programa

2023

Aumento de bolsa-auxílio

2025

Atingiu o menor número de inscrições do Programa

2012

2014

2015



REFERÊNCIAS



ARARAQUARA (SP). Lei Ordinária nº 8.938, de 06 de abril de 2017. **Institui o Programa “Jovem Cidadão” no município de Araraquara e dá outras providências.** Disponível em: <<https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/8938>>. Acesso em: 05 set. 2025.

ARARAQUARA (SP). Lei Ordinária nº 10.340, de 27 de outubro de 2021. **Estabelece o Plano Plurianual do Município para o período 2022 a 2025 e define diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2022.** Disponível em: <<https://legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/10340-2021>>. Acesso em: 19 nov. 2025.

Prefeitura Municipal de Araraquara. **Jovem Cidadão.** Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. Disponível em: <<https://www.araraquara.sp.gov.br/secretarias/direitos-humanos-e-cidadania/sobre-a-secretaria-direitos-humanos-e-cidadania/jovem-cidadao>>. Acesso em: 05 set. 2025.

Prefeitura Municipal de Araraquara. **Prefeitura prorroga inscrições para o Programa Jovem Cidadão 2025.** Disponível em: <<https://araraquara.sp.gov.br/noticias/administracao/prefeitura-prorroga-inscricoes-para-o-programa-jovem-cidadao-2025>>. Acesso em: 19 nov. 2025.

